

Natureza, ciência e ensino de História: usos didáticos das memórias naturalistas de José de Sá Bittencourt Accioli

*Nature, Science, and History Education:
Pedagogical Uses of the Naturalist
Memoirs of José de Sá Bittencourt Accioli*

Mailson Moreira dos Santos Gama*

RESUMO

O artigo analisa as potencialidades pedagógicas das memórias naturalistas de José de Sá Bittencourt Accioli para o ensino de História na Educação Básica. A pesquisa baseia-se na análise documental de três memórias produzidas entre 1798 e 1799, articulando pressupostos da Educação Histórica e o método de análise de fontes de Circe Bittencourt. Os documentos abordam temas relacionados à ciência ilustrada, à administração colonial e à exploração dos recursos naturais na Bahia. A partir dessas fontes, foram elaboradas sequências didáticas voltadas à leitura crítica, à contextualização histórica e à reflexão sobre as relações entre natureza, ciência e colonialidade. Conclui-se que o uso pedagógico dessas memórias pode ampliar as possibilidades de ensino sobre o período colonial brasileiro e contribuir para a formação do pensamento histórico crítico.

Palavras-chave: Memórias naturalistas; Ensino de História; Fontes históricas; Educação Básica.

ABSTRACT

This article analyzes the pedagogical potential of the naturalist memoirs written by José de Sá Bittencourt Accioli for History teaching in Basic Education. The study is based on the documentary analysis of three memoirs produced between 1798 and 1799, drawing on the assumptions of Historical Education and Circe Bittencourt's source analysis methodology. These documents address themes related to Enlightenment science, colonial administration, and the exploitation of natural resources in Bahia. Based on these sources, didactic sequences were developed to promote critical reading, historical contextualization, and reflection on the relationships between nature, science, and coloniality. The study concludes that the pedagogical use of these memoirs can broaden the possibilities for teaching about colonial Brazil and contribute to the development of critical historical thinking. Keywords: Naturalist Memoirs; History Teaching; Historical Sources; Basic Education.

* Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. mailsongama50@gmail.com <<https://orcid.org/0009-0005-4359-9687>>

O Iluminismo,¹ longe de ser um movimento homogêneo, produziu uma grande diversidade de ideias e abordagens acerca dos mais variados temas, e os conceitos centrais formulados pelos iluministas foram aplicados de maneira diversa nos variados territórios europeus e coloniais (Conceição, 2016, p. 146). No contexto colonial luso-brasileiro, sobretudo no final do século XVIII, emergiu a figura do **naturalista**, um indivíduo proeminente encarregado de realizar expedições nos territórios extraeuropeus (América, África e Ásia) em nome de interesses científicos, administrativos e econômicos do império português.

Os espaços coloniais eram concebidos como verdadeiros **laboratórios naturais**, eram fontes de inúmeros objetos de curiosidade científica e campos privilegiados para a observação, descrição e classificação da natureza. Como destaca Ermelinda Pataca (2011), cabia aos homens da ciência a tarefa de **coletar, preparar, representar e enviar** para a metrópole produtos naturais de interesse, além de produzir narrativas e memórias que sistematizavam o conhecimento adquirido em suas viagens.

Essas **memórias naturalistas** tornaram-se fontes históricas fundamentais para a história ambiental, da ciência e da colonização, pois revelam tanto as percepções e métodos dos ilustrados quanto os projetos políticos e econômicos que orientavam suas expedições. Nesse sentido, oferecem potencialidades didáticas relevantes para o ensino de História, permitindo discutir temas como a exploração de recursos naturais, práticas científicas na época moderna, circulação de saberes, relação entre ciência e poder, representação da fauna e flora, e impactos ambientais das políticas coloniais.

Diante disso, o presente estudo tem como objetivo analisar as potencialidades pedagógicas das memórias de José de Sá Bittencourt Accioli, produzidas na Capitania da Bahia, com foco em suas descrições sobre o algodão, o salitre e as matas, propondo três sequências didáticas que exploram essas fontes no ensino de História. O problema que orienta a investigação é compreender como esses documentos podem ser transformados em fontes de aprendizagem histórica, podendo favorecer a interpretação crítica de temas vinculados à natureza, à ciência ilustrada e à colonialidade.

Do ponto de vista metodológico, este estudo adota uma abordagem centrada na análise documental das memórias naturalistas enquanto fontes históricas, priorizando a análise de como esses materiais podem ser mobilizados

em sala de aula, e não apenas descritos em seu contexto erudito. Para isso, articulamos o método de leitura e interpretação de fontes proposto por Bittencourt (2008), baseado na descrição, contextualização, análise crítica e reflexão histórica, com práticas concretas voltadas à Educação Básica.

Destaca-se que as memórias utilizadas encontram-se disponíveis em acervos digitais de acesso público, o que facilita sua utilização por professores e estudantes, permitindo que sejam incorporadas nas atividades escolares sem a necessidade de recorrer a arquivos físicos. Assim, a investigação analisa o *corpus* documental tanto em seu conteúdo histórico quanto em seu potencial pedagógico, demonstrando de forma prática como esses textos podem ser convertidos em materiais didáticos. Ao orientar a elaboração de sequências de leitura, propostas de atividades e problematizações aplicáveis ao cotidiano escolar, o estudo ultrapassa a simples apresentação de exercícios, demonstrando como memórias naturalistas podem ser mobilizadas como instrumentos de aprendizagem histórica, articulando teoria, fonte e prática docente.

As propostas didáticas elaboradas neste estudo não utilizam as competências e habilidades da BNCC apenas como referenciais descritivos, mas como dimensões articuladas às operações do pensamento histórico. Nesse sentido, atividades de leitura documental, inferência, contextualização, comparação temporal e identificação de intencionalidades possibilitam aos estudantes mobilizar competências relacionadas à argumentação, análise crítica de fontes, interpretação de múltiplas temporalidades e compreensão da produção social do conhecimento histórico. Tais operações dialogam diretamente com competências gerais das Ciências Humanas relacionadas à interpretação crítica da realidade social, à compreensão das múltiplas temporalidades e à construção argumentativa fundamentada em evidências históricas.

MEMÓRIAS NATURALISTAS, ENSINO DE HISTÓRIA E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO ESCOLAR

As memórias naturalistas constituem um gênero documental característico da época moderna e do período colonial, especialmente entre os séculos XVIII e XIX. Produzidas por viajantes, funcionários régios, naturalistas ilustrados e membros de academias científicas (Cruz, 2002; Pereira, 2024), essas narrativas permitem explorar a formação histórica das ciências naturais, as articu-

lações entre conhecimento científico e projetos coloniais, a exploração de recursos naturais e seus efeitos ambientais, as formas de representação da fauna, da flora e dos territórios, bem como as tensões entre experiências locais, saberes indígenas e conhecimentos europeus. Também possibilitam discutir os processos de circulação de ideias, objetos e pessoas no mundo moderno.

Do ponto de vista da Didática da História e da Educação Histórica, as memórias naturalistas podem ser compreendidas como fontes históricas narrativas, produzidas em um determinado tempo e espaço, que expressam intencionalidades, registros, representações e interpretações da realidade histórica e social vigente no momento de sua elaboração. Nessa perspectiva, sua utilização em sala de aula dialoga diretamente com a perspectiva de Circe Bittencourt (2008), para quem o trabalho com fontes históricas favorece o desenvolvimento da leitura crítica, a compreensão da produção social do conhecimento e a capacidade de analisar diferentes discursos sobre o passado e sobre a natureza.

Essa abordagem também se aproxima das contribuições de autores como Maria Schmidt (2017), Peter Seixas (2004) e Isabel Barca (2001) que enfatizam que a aprendizagem histórica ocorre quando o estudante constrói significados a partir de fontes, elaborando explicações, inferências e interpretações sobre a experiência humana no tempo. Nessa direção, a Educação Histórica compreende que o ensino de História deve favorecer a construção da consciência histórica, entendida como a capacidade de interpretar a experiência humana no tempo e atribuir sentido às relações entre passado, presente e futuro (Bonete, 2013).

Para Jörn Rüsen, a aprendizagem histórica ocorre quando o sujeito mobiliza narrativas e interpretações históricas para orientar sua compreensão da realidade e sua atuação no mundo (Rüsen, 2010). Assim, o trabalho com memórias naturalistas possibilita ao estudante desenvolver operações cognitivas relacionadas à interpretação, contextualização e problematização das fontes, ampliando sua capacidade de compreender criticamente os processos históricos e as formas de produção do conhecimento sobre a natureza e a colonização.

Nilton Mullet Pereira e Fernando Seffner (2014) chamam a atenção para o fato de que a produtividade do uso das fontes em sala de aula está na possibilidade de mostrar às novas gerações a natureza e a especificidade do conhecimento histórico. Ensinar utilizando fontes não quer dizer ensinar a produ-

zir representações através das fontes, mas como os historiadores constroem conhecimento sobre o passado a partir das evidências disponíveis e quais problemas epistemológicos e metodológicos estão implicados nesse processo (Pereira; Seffner, 2008, p. 126-127). Sob essa ótica, os documentos históricos funcionam como “portadores de sentido” (BNCC, 2017, p. 418), aproximando o estudante das práticas reais do historiador e favorecendo o desenvolvimento de competências narrativas, investigativas e interpretativas.

Nesse contexto, o uso de fontes em sala de aula não possui apenas função ilustrativa ou complementar, mas constitui um procedimento epistemológico fundamental do ensino de História. Trabalhar com documentos permite que o estudante compreenda como os historiadores formulam problemas, selecionam evidências, constroem interpretações e produzem narrativas sobre o passado (Bittencourt, 2008; Pereira; Seffner, 2008). Assim, a análise de fontes favorece não apenas a aprendizagem de conteúdos históricos, mas também o desenvolvimento de habilidades investigativas, interpretativas e argumentativas próprias da prática historiográfica.

Nessa lógica, o uso de fontes históricas em sala de aula dialoga diretamente com as orientações propostas tanto pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) quanto pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Desde os PCNs (1998), o ensino de História tem como diretriz central promover a análise crítica de diferentes tipos de fontes, estimulando a autonomia intelectual dos estudantes e sua capacidade de compreender que o conhecimento histórico é construído a partir de múltiplas evidências, sempre contextualizadas e interpretadas. Nesse sentido, as memórias produzidas por naturalistas ilustrados, ao registrarem percepções sobre a natureza, práticas econômicas, relações de poder e projetos coloniais, constituem materiais privilegiados para o desenvolvimento dessas competências.

Na BNCC (2017), o trabalho com fontes é aprofundado e explicitado como parte essencial da Educação Histórica e vem sendo enfatizada a necessidade de que o estudante desenvolva habilidades de analisar, interpretar e comparar documentos, entendendo-os como produtos de uma época e de sujeitos históricos específicos. No campo da História, habilidades e competências específicas reforçam o papel formativo das fontes na construção de explicações históricas (Barbosa; Lastória; Carniel, 2019).

Entretanto, a incorporação da BNCC ao ensino de História também tem

suscitado debates e tensões no campo da Didática da História, especialmente em relação à padronização curricular, à centralidade das competências e aos riscos de redução do conhecimento histórico a habilidades operacionais (Barbosa; Lastória; Carniel, 2019). Nesse contexto, o trabalho com memórias naturalistas pode tensionar tais limites ao priorizar práticas interpretativas, leitura crítica de fontes e construção de explicações históricas contextualizadas, evitando uma abordagem meramente instrumental das competências previstas no documento normativo.

Nessa perspectiva, Flávia Caimi (2008) já havia ressaltado que

quanto ao uso de tais documentos/fontes em sala de aula, há importantes indicações metodológicas que preconizam o papel ativo do estudante nos procedimentos de compreensão e interpretação. Mais do que objetos ilustrativos, as fontes são trabalhadas no sentido de desenvolver habilidades de observação, problematização, análise, comparação, formulação de hipóteses, crítica, produção de sínteses, reconhecimento de diferenças e semelhanças, enfim, capacidades que favorecem a construção do conhecimento histórico numa perspectiva autônoma (Caimi, 2008, p. 141).

De fato, a leitura crítica das memórias naturalistas oferece ao estudante não apenas compreensão histórica, mas também instrumentos para interpretar debates contemporâneos sobre ambiente, ciência e desigualdades históricas. Assim, discussões sobre colonialidade, circulação de saberes, exploração de recursos e representações da natureza podem emergir e fortalecer aspectos relacionados ao pensamento crítico, ao repertório cultural, à argumentação e à responsabilidade socioambiental.

Além disso, a análise de memórias naturalistas pode contribuir para o desenvolvimento da multiperspectividade e da interdisciplinaridade, eixos centrais da Educação Histórica e das orientações curriculares para o ensino de História. A partir delas, é possível comparar diferentes olhares sobre a natureza, problematizar a pluralidade (ou ausência) de narrativas e discutir a disputa por sentidos sobre o território e os recursos naturais. E, por articularem ciência, economia, natureza, política e cultura, tais fontes históricas permitem trabalhar, simultaneamente, aspectos da história da ciência e da colonização, da diversidade biológica, da agricultura e dos impactos ambientais, favorecem abordagens investigativas e a construção de projetos interdisciplinares.

Contudo, é importante destacar que as potencialidades das memórias como fontes dependem de que o professor assuma uma postura de mediador entre os conceitos da História e a aprendizagem do aluno. Desse modo, a utilização de documentos em sala de aula exige preparação docente, especialmente no que diz respeito à escolha do momento adequado e da forma mais pertinente de abordar o material (Monti, 2019, p. 6). No caso das memórias naturalistas, desafios específicos podem emergir, sobretudo por serem textos produzidos em linguagem erudita, marcados por perspectivas coloniais e por referências científicas que nem sempre são imediatamente compreensíveis aos estudantes.

Além da mediação conceitual, o trabalho com fontes históricas também demanda atenção às diferenças de repertório cultural e de letramento histórico dos estudantes. Em muitos contextos escolares, a linguagem erudita das memórias naturalistas, a complexidade dos vocabulários científicos e a distância temporal dos documentos podem dificultar a participação dos alunos. Por isso, cabe ao professor selecionar trechos, adaptar linguagens, construir estratégias coletivas de leitura e criar mediações que aproximem os estudantes das fontes, respeitando seus diferentes ritmos e experiências de aprendizagem.

Dessa maneira, o professor precisa atuar na seleção e mediação de trechos que contenham termos técnicos, descrições detalhadas do ambiente e visões hierarquizadas do mundo natural e social, realizando um trabalho intencional de contextualização, tradução conceitual e problematização crítica. Tais desafios, longe de inviabilizar o uso dessas fontes, reforçam a necessidade de uma postura docente ativa, reflexiva e planejada, de modo a garantir que o documento cumpra sua função formativa no ensino de História (Guimarães, 2014).

ACCIOLI E A RACIONALIDADE ILUSTRADA: NATUREZA, TERRITÓRIO E ADMINISTRAÇÃO COLONIAL

Antes de examinarmos as memórias selecionadas como possibilidades pedagógicas neste artigo, é necessário apresentar brevemente seu autor, José de Sá Bittencourt Accioli. Conhecer quem produz a fonte e as condições sociais, políticas e intelectuais que moldaram sua trajetória é fundamental para situá-la em seu contexto de produção, evitando interpretações descontextualizadas ou anacrônicas (Barros, 2020). Assim, compreender suas funções, vín-

culos institucionais e motivações permite reconhecer como essas dimensões influenciaram suas observações, escolhas descritivas e interpretações sobre a natureza e a sociedade baiana (Caimi, 2008; Xavier, 2010; Aquino, 2014; Guimarães, 2014).

José de Sá Bittencourt Accioli nasceu em 1755, na vila de Caeté, capitania de Minas Gerais, em uma família de prestígio social e tradição na administração colonial, com presença no Brasil desde o século XVII. Era filho do tenente Bernardino Cardoso e de Francisca Antônia Xavier de Bittencourt Sá, sendo o segundo filho entre oito irmãos (Ribeiro, 2001). Accioli estudou na Universidade de Coimbra, graduando-se em Filosofia Natural em 1787, o que lhe proporcionou sólida formação em ciências naturais e mineração (Revista do Arquivo Público Mineiro, 1909). De volta ao Brasil, a partir de 1789, dedicou-se à investigação de minerais como caulim (Pedrosa, 2021) e ferro em Minas Gerais, consolidando um perfil de naturalista.

Seu nome, contudo, foi associado à Inconfidência Mineira (1789), sendo denunciado pelo 6º Visconde de Barbacena, Luís Antônio Furtado de Castro do Rio de Mendonça (Blake, 1883). Para escapar das perseguições políticas, refugiou-se na Comarca de Ilhéus, na Bahia, onde acabou preso. Contudo, sua libertação foi obtida por intermédio de sua tia Maria Isabel de Sá Bittencourt, que apresentou documentos em sua defesa e efetuou um pagamento substancial em ouro.

Estabelecido definitivamente na Bahia, Accioli ampliou suas investigações sobre os recursos naturais da colônia, dedicando-se à exploração do salitre, do algodão, da mandioca e possivelmente da produção açucareira (Ribeiro, 2001). Nesse período, casou-se com Victória Maria de Sá, com quem teve treze filhos entre 1797 e 1809. Em 1821, após o falecimento de sua tia, responsável por sua educação e principal protetora, ele foi constituído como um de seus herdeiros e decidiu fixar residência na região de Caeté, onde permaneceu até sua morte, em 28 de fevereiro de 1828. Nos últimos anos de vida, envolveu-se ativamente nos movimentos pró-independência do Brasil, destacando-se como um dos fundadores da sociedade “Pedro e Carolina”, ao lado de José Teixeira da Fonseca Vasconcelos (futuro Visconde de Caeté) e outros aliados (Blake, 1883). Após a independência, José de Sá Bittencourt Accioli foi nomeado como fidalgo, cavaleiro imperial da Ordem do Cruzeiro e cavaleiro da Ordem de Cristo (RAPM, 1845).

Sua trajetória articulava ciência e redes de conhecimento, conectando-se tanto a administradores ultramarinos quanto à Coroa portuguesa. Em reconhecimento por seus serviços, por exemplo, recebeu a patente de coronel das milícias e tornou-se sócio correspondente da Academia Real de Ciências de Lisboa, consolidando-se como um interlocutor entre os saberes científicos locais baianos e a administração colonial (Pereira, 2013).

Desse modo, Accioli insere-se no contexto da história natural no Brasil, destacando-se como um importante agente na produção e circulação do conhecimento científico, bem como na gestão dos territórios ultramarinos. Sua atuação transitava entre os domínios da ciência e da cultura política do Antigo Regime, evidenciando a estreita relação entre saberes científicos, administração imperial e práticas de governo no período de transição entre a ordem colonial e a independência.

METODOLOGIAS PARA O USO DE MEMÓRIAS COMO FONTE HISTÓRICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

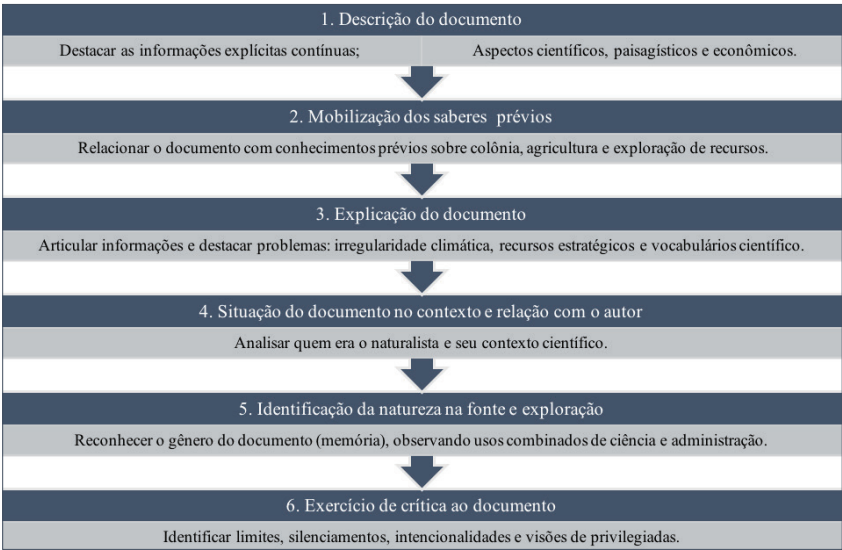
Nesta seção, o objetivo é mostrar, de forma prática, como trabalhar a fonte histórica em sala de aula, articulando teoria e prática. Para isso, toma-se como referência o método proposto por Bittencourt (2008), que oferece um roteiro estruturado para orientar a leitura, a interpretação e a análise crítica de documentos com os alunos. Em vez de apresentar apenas conceitos teóricos sobre análise de fontes, busca-se evidenciar como essas etapas podem ser aplicadas diretamente em atividades pedagógicas, desde a descrição inicial do documento até a contextualização do autor e o exercício da crítica.

O método é organizado em etapas sucessivas e articuladas, que auxiliam o aluno a transitar da identificação inicial da fonte histórica para a elaboração de interpretações mais complexas. Primeiro, realiza-se a descrição do documento, momento em que são destacadas as informações centrais e os elementos visuais ou textuais que compõem a fonte. Em seguida, ocorre a mobilização dos saberes e conhecimentos prévios, relacionando o que os estudantes já conhecem com o conteúdo apresentado no documento (Bittencourt, 2008). A etapa seguinte envolve a explicação da fonte, que consiste em articular informações explícitas e implícitas, combinando-as com conceitos e conteúdos já trabalhados em aula. Logo após, procede-se à situação do documento em seu

contexto, considerando o autor, o período histórico, os eventos correlatos e os interesses envolvidos na produção da fonte (Bittencourt, 2008).

Também se destaca a importância da identificação da natureza, reconhecendo seu gênero (como carta, mapa, relatório, fotografia, jornal, manuscrito) e explorando suas características específicas. Por fim, os alunos exercitam a crítica ao documento, identificando limites, omissões, intenções e possíveis conexões com outros materiais, o que favorece uma análise mais consistente, crítica e contextualizada (Bittencourt, 2008). Para operacionalizar esse trabalho com as memórias naturalistas, o método pode ser representado nas etapas sintetizadas a seguir.

Figura 1 – Análise das memórias naturalistas a partir do método proposto por Circe Bittencourt (2008)



Fonte: Elaboração própria (2025).

Contudo, a aplicação dessas propostas em sala de aula exige considerar as diferentes realidades da Educação Básica brasileira. Aspectos como carga horária reduzida, ausência de recursos tecnológicos, limitações de infraestrutura escolar, diversidade sociocultural dos estudantes e desigualdades de acesso à leitura e à cultura escrita podem influenciar diretamente o desenvolvimento

das atividades. Nesse sentido, as propostas apresentadas neste estudo devem ser compreendidas como possibilidades flexíveis, passíveis de adaptação conforme o contexto escolar, o nível de ensino, os objetivos pedagógicos e as condições concretas de trabalho docente.

MEMÓRIAS NATURALISTAS E ENSINO DE HISTÓRIA: SEQUÊNCIAS DIDÁTICAS A PARTIR DE ACCIOLI

mórias produzidas por Accioli entre 1798 e 1799 evidenciam sua atuação multifacetada como naturalista ilustrado, articulando interesses científicos, administrativos e econômicos da Coroa portuguesa. Cada documento revela um aspecto distinto da natureza e da economia baiana (o algodão, as matas e o salitre) e, quando analisados em conjunto, permitem compreender como o conhecimento científico era mobilizado para a gestão territorial e para a exploração dos recursos coloniais.

Antes de desenvolvermos as propostas didáticas, apresenta-se a seguir um quadro sintético com as memórias selecionadas para este estudo. O objetivo é situar quanto ao conteúdo geral de cada fonte histórica, destacando seus temas centrais, sua escala de observação e algumas de suas potencialidades pedagógicas. Neste tópico, serão apenas listadas e ilustradas as memórias; as propostas didáticas serão detalhadas posteriormente, em subseções específicas.

Quadro 1 – Memórias de José de Sá Bittencourt Accioli
e suas potencialidades pedagógicas

Título da Memória	Ano	Tema central	Local / Escala espacial	Potencial pedagógico
Memória sobre a plantação dos algodões e sua exportação, sobre a decadência da lavoura de mandiocas, no termo da Vila de Camamu, Comarca dos Ilhéus, governo da Bahia	1798	Algodão; Agricultura colonial; Comércio; Técnicas agrícolas.	Sul da Bahia (Camamu e Ilhéus)	• Discutir economia agrícola colonial; • Analisar impactos da monocultura; • Compreender redes de circulação de mercadorias; • Debater trabalho rural, crise da mandioca e agricultura familiar.

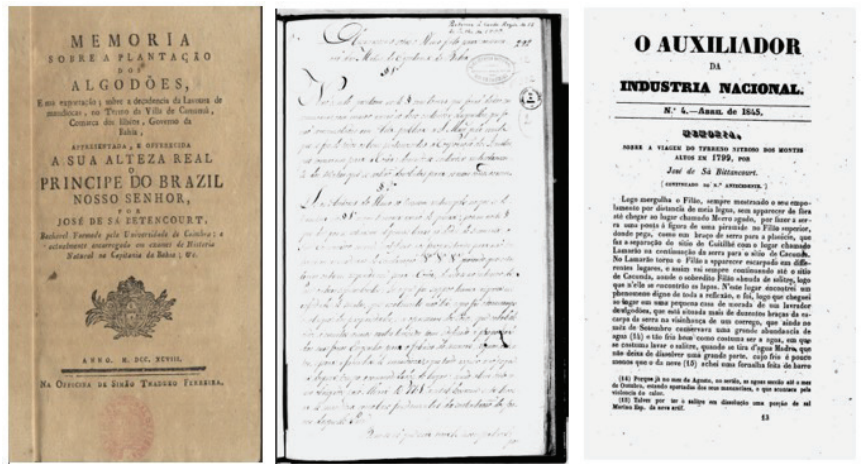
continua

continuação

Observações sobre o plano feito para a conservação das matas da Capitania da Bahia	1799	Conservação de matas; Administração colonial; Política ambiental no Antigo Regime.	Capitania da Bahia	• Introduzir história ambiental; • Debater políticas de conservação pré-contemporâneas; • Analisar conflito entre exploração e preservação; • Discutir legislação e cultura política.
Memória sobre a viagem do terreno nitroso dos Montes Altos	1799	Salitre; Mineração; Química do século XVIII; Exploração de recursos estratégicos.	Serra dos Montes Altos (Bahia)	• Trabalhar história da ciência; • Discutir economia de guerra (pólvora); • Analisar visões ilustradas sobre o sertão; • Explorar cartografia, paisagem e recursos minerais.

Fonte: Elaboração própria (2025).

Figura 2 – Capas das três memórias naturalistas utilizadas no estudo.



Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal. Manuscritos da BN, n. 22, 1, 9.
Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), 1845.

Esses escritos abordam temas que vão da agricultura à conservação florestal e à prospecção mineral, revelando como sua prática científica articulava interesses econômicos, administrativos e ilustrados da Capitania da Bahia. A apresentação das memórias selecionadas, portanto, permite compreender a diversidade de enfoques presentes na obra de Accioli e sua relevância para o ensino de História, estabelecendo as bases para o desenvolvimento das propostas didáticas discutidas nas seções subseqüentes.

O ALGODÃO COMO TEMA DE INVESTIGAÇÃO HISTÓRICA ESCOLAR: PRÁTICAS AGRÍCOLAS E RACIONALIDADE COLONIAL

A memória sobre o algodão oferece uma oportunidade para discutir práticas agrícolas coloniais, técnicas de cultivo, influência do clima e racionalidade econômica no século XVIII. A proposta didática baseada nesse documento permite aos estudantes compreender como o naturalista constrói uma narrativa de observação naturalista ao mesmo tempo que articula preocupações administrativas e comerciais.

A atividade propõe a criação de um manual agrícola ilustrado, explorando justamente a materialidade técnica descrita no documento. Além disso, essa memória favorece o desenvolvimento de operações centrais da Educação Histórica (descrição, inferência, contextualização e explicação histórica) permitindo que os alunos compreendam como Accioli produz sentido sobre a natureza e como sua escrita está atravessada por interesses coloniais e pela racionalidade ilustrada.

A adaptação dessa proposta é flexível: para turmas dos 6º e 7º anos, o professor pode selecionar passagens mais descritivas (como a explicação das covas, adubação, colheita), estimulando habilidades básicas de leitura e interpretação. No ensino médio, é possível aprofundar temas como economia atlântica, papel do algodão na relação metrópole-colônia e a presença de saberes locais invisibilizados. No contexto da BNCC, essa fonte pode ser articulada a objetos do conhecimento relacionados à colonização portuguesa, economia atlântica, circulação de mercadorias, relações de trabalho e usos da natureza no período colonial, especialmente nos anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º anos) e no ensino médio (1ª a 3ª séries).

A atividade também favorece a multiperspectividade, permitindo que os

estudantes identifiquem ausências na narrativa, como o silenciamento de saberes indígenas, africanos e trabalhadores locais, e compreendam a memória como representação situada. Essa problematização também permite discutir a colonialidade do saber, conceito formulado por Aníbal Quijano (2005), que evidencia como os conhecimentos produzidos no contexto colonial foram organizados a partir de hierarquias epistêmicas que privilegiavam perspectivas europeias em detrimento de saberes indígenas, africanos e locais. Nessa perspectiva, as memórias naturalistas podem ser analisadas não apenas como registros científicos, mas também como instrumentos de classificação e controle dos territórios coloniais. Dialogando com Enrique Dussel (1993), tais documentos permitem refletir sobre como a racionalidade moderna europeia esteve associada à expansão colonial e à produção de narrativas que legitimavam relações de dominação sobre a natureza e os sujeitos colonizados.

A sequência didática elaborada a partir da memória sobre o algodão busca desenvolver operações centrais do pensamento histórico, como descrição, contextualização, inferência e análise crítica das fontes. Ao analisar as observações de Accioli sobre clima, cultivo e economia agrícola, os estudantes podem compreender como a natureza era representada segundo interesses científicos e administrativos da racionalidade ilustrada. Além disso, a proposta favorece a multiperspectividade ao problematizar ausências e silenciamentos presentes na narrativa naturalista, especialmente em relação aos saberes indígenas, africanos e trabalhadores locais envolvidos na produção agrícola colonial.

A seguir, apresenta-se a sequência didática elaborada para orientar o trabalho com a memória de Accioli em sala de aula. O objetivo é demonstrar, de forma prática, como esse documento pode ser transformado em instrumento de aprendizagem histórica. A sequência dialoga com objetos de conhecimento relacionados à colonização, circulação atlântica, relações de trabalho e usos da natureza no período colonial, previstos nas orientações curriculares dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio.

A partir da leitura da fonte, os alunos podem relacionar passado e presente, comparar técnicas agrícolas coloniais com práticas atuais, identificar vestígios da cultura algodoeira na comunidade e produzir narrativas próprias sobre o território. Assim, a fonte histórica trabalhada na proposta didática contribui para a compreensão da história colonial, mas também fortalece a

Quadro 2 – Sequência didática – memória sobre a plantação de algodão

Elemento	Síntese
Tema geral	Agricultura colonial, natureza e economia no século XVIII.
Foco da sequência didática	Compreender como Accioli articula técnica agrícola, clima e interesses econômicos na descrição do cultivo do algodão.
Objetivo geral	Analisar a relação entre natureza, práticas agrícolas e racionalidade colonial presente na memória de Accioli.
Habilidades mobilizadas	Interpretação de fontes históricas; Contextualização; Análise crítica; Multiperspectividade; Relação entre sociedade e natureza.
Conteúdos	Agricultura colonial; Cultivo do algodão; Técnicas agrícolas; Economia atlântica.
Desenvolvimento da sequência	A proposta inicia com leitura orientada de trechos da memória sobre clima, técnicas de plantio e economia agrícola. Em seguida, os estudantes analisam as representações da natureza e os interesses coloniais presentes no documento, relacionando técnica, clima e exploração econômica. Posteriormente, os grupos produzem um manual agrícola ilustrado inspirado nas descrições de Accioli, articulando linguagem visual, interpretação histórica e análise crítica da fonte.
Produto final	Manual agrícola ilustrado sobre o cultivo do algodão no final do século XVIII.
Avaliação	Participação nas discussões, capacidade de interpretação da fonte, articulação entre natureza e economia e elaboração crítica do produto final.
Referências	Accioli (1798); Bittencourt (2008); Pereira (2019).

Fonte: Elaboração própria (2025).

construção de identidades locais e o desenvolvimento de um olhar crítico sobre o espaço em que vivem. Como atividade complementar, é possível propor uma investigação de História Local, incentivando os estudantes a identificar antigos sítios algodoeiros, usos da terra, memórias familiares e permanências nas técnicas agrícolas regionais.

AS MATAS COMO TEMA DE INVESTIGAÇÃO HISTÓRICA: CONSERVAÇÃO, PODER E ADMINISTRAÇÃO AMBIENTAL

A memória das matas revela uma faceta pouco discutida do período colonial, o esforço da administração ilustrada em regular o uso dos recursos florestais. Ao trabalhar com as memórias sobre as matas que o Accioli escreve, o professor pode introduzir os estudantes à história ambiental, problematizando como a exploração de madeira, lenha e outros recursos gerava tensões entre uso econômico e conservação. A proposta didática, centrada na criação de um fluxograma de políticas de conservação, permite que o estudante visualize o sistema administrativo colonial e compreenda que a regulação ambiental não é um fenômeno recente.

Além disso, a atividade favorece o desenvolvimento de habilidades de leitura inferencial, comparação temporal e análise crítica, ao levar o aluno a identificar a diferença entre “proteger para manter o lucro” e “conservar por motivos ecológicos”, operando conceitos essenciais da Educação Histórica. Para anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º anos), a proposta pode focar a diferença entre “cuidar” e “explorar”, aproximando a discussão da realidade local dos alunos. Já para turmas mais avançadas, é possível analisar criticamente como tais políticas visavam proteger recursos úteis para a Coroa, e não preservar a floresta como patrimônio ecológico, assim como fazer uma comparação com os dias atuais e até mesmo para pensar competências da educação ambiental. Essa articulação também dialoga com princípios da Educação Ambiental previstos na Política Nacional de Educação Ambiental (Lei n. 9.795/1999) e nas orientações curriculares contemporâneas voltadas à formação socioambiental crítica.

A sequência didática fundamentada na memória sobre a conservação das matas busca problematizar as relações entre natureza, administração colonial e exploração econômica no final do século XVIII. A partir da análise das obser-

vações de Accioli, os estudantes podem compreender que as práticas de conservação presentes no período colonial estavam associadas à racionalidade administrativa e à manutenção dos interesses da Coroa portuguesa, e não a uma concepção moderna de preservação ambiental. Além disso, a sequência favorece operações do pensamento histórico, como contextualização, comparação temporal, análise crítica e multiperspectividade, articulando História Ambiental, Educação Histórica e reflexão sobre políticas ambientais contemporâneas.

Quadro 3 – Sequência didática – memória sobre a conservação das matas (1799)

Elemento	Síntese
Tema geral	História ambiental, conservação dos recursos naturais e política colonial no século XVIII.
Foco da sequência didática	Compreender como Accioli representa a conservação das matas e a administração colonial dos recursos naturais.
Objetivo geral	Analisar as relações entre conservação, exploração econômica e controle político nas memórias sobre as matas da Capitania da Bahia.
Habilidades mobilizadas	Interpretação de fontes históricas; Contextualização; Comparação temporal; Análise crítica; Argumentação socioambiental.
Conteúdos	História ambiental colonial; Políticas de conservação; Controle administrativo; Exploração de recursos naturais.
Desenvolvimento da sequência	A proposta inicia com leitura orientada de trechos da memória relacionados às regras de corte, fiscalização e conservação das matas. Em seguida, os estudantes analisam os interesses econômicos e administrativos presentes no documento, problematizando as formas de controle colonial sobre os recursos naturais. Posteriormente, elaboram um fluxograma comparativo entre as políticas de conservação do século XVIII e normas ambientais contemporâneas, discutindo permanências, mudanças e conflitos socioambientais.

continua

continuação

Produto final	Fluxograma comparativo sobre políticas de conservação colonial e contemporânea.
Avaliação	Participação nas discussões, interpretação crítica da fonte, articulação entre passado e presente e elaboração argumentativa do fluxograma.
Possibilidades de adaptação	Em contextos com menor disponibilidade de tempo ou recursos, a atividade pode ser simplificada por meio da produção de cartazes comparativos, debates orientados ou sínteses coletivas realizadas em sala.
Referências	Accioli (1799); Bittencourt (2008); Cabral (2014); Dean (1996).

Fonte: Elaboração própria (2025).

A proposta didática fundamentada na memória das matas evidencia que o documento pode não só retratar as práticas administrativas do período colonial, mas também concretizar uma perspectiva particular da natureza: utilitária, hierarquizada e subordinada aos interesses econômicos da Coroa. Abordar essa fonte em sala de aula possibilita que os alunos entendam como as políticas ambientais surgem de conflitos, prioridades e projetos políticos, e não de um compromisso abstrato com a conservação.

Sob a perspectiva pedagógica, a memória proporciona um ambiente rico para aprimorar habilidades como leitura crítica, comparação temporal, identificação de intencionalidades e entendimento das interações entre Estado, natureza e poder. Do ponto de vista historiográfico, aproxima os alunos da história ambiental, demonstrando que as mudanças ecológicas estão intrinsecamente ligadas aos processos sociais e coloniais que as geraram.

Dessa forma, ao ser incorporada à prática docente, a memória de Accioli permite não apenas a criação de explicações históricas, mas também o aprimoramento de habilidades contemporâneas, como a educação ambiental, a análise de políticas públicas e a reflexão sobre justiça socioambiental. Além disso, tais discussões permitem problematizar os impactos da exploração colonial sobre populações indígenas e seus modos de relação com o território, favorecendo reflexões sobre permanências históricas de conflitos ambientais e disputas por terra no Brasil contemporâneo.

O SALITRE COMO TEMA DE INVESTIGAÇÃO HISTÓRICA: CIÊNCIA ILUSTRADA, MINERAÇÃO E ECONOMIA IMPERIAL

A memória do salitre é uma fonte histórica ímpar para integrar História e outras áreas de conhecimento. Accioli descreve aspectos geológicos, processos químicos, tipos de solo, propriedades minerais e condições de clima. Além disso, revela a importância estratégica do salitre como principal matéria-prima na produção de pólvora negra, fundamental para o aparato militar da Coroa. A proposta didática consiste na elaboração de um mapa das lapas e um pequeno relatório científico, o qual pode possibilitar que o estudante desenvolva leitura espacial, interpretação de dados empíricos e compreensão da ciência ilustrada.

Trabalhar essa fonte permite explorar como a ciência do século XVIII era atravessada por interesses administrativos, militares e econômicos, oferecendo ao estudante a oportunidade de identificar intencionalidades, silêncios e estratégias de convencimento presentes na escrita naturalista.

A proposta é altamente adaptável: no ensino fundamental, destaca-se a relação entre recursos naturais e atividades humanas, enquanto no ensino médio é possível discutir a química do nitrato, o trabalho escravizado nas lavras e a geopolítica do salitre. Também se abre espaço para trabalhar alfabetização científica, leitura de mapas, discussão sobre riscos ambientais e compreensão de como a mineração reorganiza paisagens e sociedades. Essas adaptações devem considerar também as condições materiais das diferentes redes de ensino, os níveis de letramento histórico e os repertórios culturais dos estudantes.

A sequência didática fundamentada na memória sobre a conservação das matas busca problematizar as relações entre natureza, administração colonial e exploração econômica no final do século XVIII. A partir da análise das observações de Accioli, os estudantes podem compreender que as práticas de conservação presentes no período colonial estavam associadas à racionalidade administrativa e à manutenção dos interesses da Coroa portuguesa, e não a uma concepção moderna de preservação ambiental. Além disso, a proposta favorece operações do pensamento histórico, como contextualização, comparação temporal, análise crítica e multiperspectividade, articulando História Ambiental, Educação Histórica e reflexão sobre políticas ambientais contemporâneas.

Quadro 4 – Sequência didática – memória sobre a exploração de salitre (1799)

Elemento	Síntese
Tema geral	Ciência ilustrada, mineração e economia da pólvora no Império Português.
Foco da sequência didática	Compreender como Accioli representa o “terreno nitroso” e articula ciência, exploração mineral e interesses coloniais.
Objetivo geral	Analisar a relação entre conhecimento científico, mineração e economia militar nas memórias sobre o salitre.
Habilidades mobilizadas	Interpretação de fontes históricas; Contextualização; Leitura espacial; Multiperspectividade; Argumentação baseada em evidências.
Conteúdos	Ciência ilustrada; Exploração de salitre; Mineração colonial; Economia da pólvora; Cartografia; Impactos socioambientais.
Desenvolvimento da sequência	A sequência inicia com leitura orientada de trechos da memória relacionados à formação do salitre, às descrições geológicas e aos interesses econômicos e militares da Coroa portuguesa. Em seguida, os estudantes analisam as representações do território e os silenciamentos presentes na narrativa naturalista, discutindo as relações entre ciência, poder e exploração colonial. Posteriormente, produzem mapas científicos e pequenos relatórios interpretativos sobre a importância estratégica do salitre no contexto imperial português.
Produto final	Mapa científico das lapas e relatório histórico sobre a exploração do salitre.
Avaliação	Participação nas discussões, interpretação crítica da fonte, articulação entre ciência e colonialidade e elaboração analítica dos produtos finais.
Possibilidades de adaptação	Em contextos escolares com menor disponibilidade de tempo ou recursos, a sequência pode priorizar leitura mediada da fonte, elaboração coletiva de mapas simplificados ou debates orientados sobre ciência, território e exploração colonial.
Referências	Accioli (1845); Ferraz (2008); Gama (2025), Schmidt(2017).

Fonte: Elaboração própria (2025).

A análise da memória do salitre demonstra como a ciência ilustrada do século XVIII integrava observações naturalistas, explicações químicas e descrições geológicas aos interesses econômicos e militares da Coroa portuguesa. Ao analisar essa fonte em sala de aula, os alunos compreendem que a produção do conhecimento científico não é imparcial: ela está integrada a projetos políticos, administrativos e estratégicos. Ao descrever o “terreno nitroso”, a narrativa de Accioli justifica tecnicamente a exploração colonial das lapas e a intensificação da produção de pólvora, inserindo o sertão baiano nos circuitos imperiais da guerra e do comércio atlântico. Sob a perspectiva pedagógica, a memória do salitre favorece a análise crítica das relações entre ciência, território e exploração colonial, permitindo aos estudantes compreender como o conhecimento científico do século XVIII esteve articulado a interesses econômicos, militares e administrativos.

A leitura de fontes estimula habilidades como inferência, interpretação conceitual, raciocínio espacial e argumentação fundamentada em evidências. Ademais, permite abordar tópicos atuais, como mineração, impactos ambientais, militarização de territórios e desigualdades socioecológicas, evidenciando que as relações de poder têm influenciado profundamente as questões científicas e ambientais desde o período colonial.

Dessa forma, a proposta didática fundamentada na memória do salitre não só conecta os alunos à ciência ilustrada e à história da mineração, como também enriquece a formação crítica ao demonstrar como conhecimentos técnicos foram utilizados para justificar práticas coloniais. Abordar essa fonte na Educação Básica implica fornecer aos alunos ferramentas para entender as relações entre ciência, meio ambiente e política, tanto no passado quanto no presente, reforçando a importância das memórias naturalistas como recursos eficazes para o ensino de História.

ARTICULAÇÕES INTERDISCIPLINARES E POSSIBILIDADES AMPLIADAS DE TRABALHO COM AS MEMÓRIAS

O trabalho articulado com as três memórias de Accioli permite ao professor desenvolver uma abordagem interdisciplinar e sistêmica sobre os usos da natureza na Bahia colonial. Cada fonte evidencia um modo distinto de apropriação do ambiente, agrícola, florestal e mineral, e revela como a ciência

ilustrada servia como linguagem de legitimação dos interesses administrativos, econômicos e militares do Estado português. Essa diversidade de temas transforma as memórias em um conjunto documental privilegiado para explorar diferentes dimensões do processo colonial, permitindo que os estudantes percebam a natureza não como cenário passivo, mas como elemento central de disputas, técnicas e racionalidades, conforme demonstram os autores da História Ambiental.

Além disso, essas fontes históricas podem possibilitar amplas interações entre disciplinas diversas, o que pode aproximar os alunos de temas transversais da BNCC, sobretudo o meio ambiente, ciência e tecnologia. As possibilidades interdisciplinares mencionadas podem ser vistas no quadro a seguir.

Quadro 5 – Potencialidades Interdisciplinares das Três Memórias de Accioli

Memória	Dimensão histórica	Articulações interdisciplinares	Competências desenvolvidas
1. Plantação dos Algodões (1798)	Práticas agrícolas, economia atlântica, técnicas coloniais	• Geografia: clima, solos, paisagem agrícola. • Biologia: botânica do algodoeiro. • Português: vocabulário técnico, leitura descritiva. • Matemática: medidas e proporções das covas. • Arte: ilustração científica (manual agrícola).	▶ Leitura crítica de fonte; ▶ Análise da relação sociedade–natureza; ▶ Interpretação de técnicas; ▶ Produção visual e textual.
2. Conservação das Matas (1799)	Política ambiental colonial, controle dos recursos, administração régia	• Geografia: cobertura vegetal, hidrografia, manejo florestal. • Biologia/Ecologia: impactos ambientais, regeneração das matas. • Educação Ambiental: comparação entre normas coloniais e Código Florestal. • Arte: fluxogramas e mapas conceituais. • Português: textos normativos e administrativos.	▶ Compreensão de políticas ambientais; ▶ Comparação passado–presente; ▶ Síntese visual; ▶ Análise socio–ambiental.

3. Terreno Nitroso e Salitre (Montes Altos)	Ciência ilustrada, mineração, economia da pólvora, guerra colonial	• Química: formação do nitrato, reações químicas da pólvora. • Geografia: relevo, infiltração, cavernas, clima. • Física: combustão e energia militar. • Matemática/Cartografia: criação de mapas científicos. • Português: terminologia científica e relatório técnico.	▶ Alfabetização científica; ▶ Leitura espacial; ▶ Integração geologia–clima–química; ▶ Produção cartográfica; Argumentação histórica.
---	--	--	--

Fonte: Elaboração própria (2025).

Como se observa, o diálogo com a Geografia favorece o estudo das paisagens coloniais, do clima, do relevo, do manejo do solo, das cavernas e das áreas de mata. Em Ciências, Química e Biologia, é possível compreender processos agrícolas, ecossistemas, decomposição orgânica, formação de nitratos, reações químicas da pólvora, equilíbrio ambiental e impactos da exploração colonial. Em Língua Portuguesa, as memórias oferecem material histórico rico para trabalhar gêneros descritivos, vocabulário técnico, normas administrativas e leitura de textos científicos do século XVIII. Já em Matemática, Cartografia e Arte, possibilitam a produção de mapas científicos, fluxogramas, ilustrações e representações visuais das técnicas coloniais. Somam-se ainda diálogos com Educação Ambiental e Direito, especialmente quando se comparam as ordens régias sobre conservação das matas com o Código Florestal e políticas contemporâneas de proteção ambiental.

A articulação das três memórias abre espaço para metodologias investigativas e participativas, como debates, estudos de caso, resolução de problemas e simulações históricas. Essas práticas estimulam argumentação, interpretação documental, empatia histórica e leitura crítica de interesses conflitantes. Uma possibilidade especialmente eficaz é a mesa-redonda, em que grupos representam diferentes agentes coloniais (agricultores, administradores, mineradores, naturalistas, trabalhadores escravizados, oficiais régios), permitindo aos estudantes compreender a complexidade das decisões envolvendo o uso da natureza. Tal dinâmica evidencia que tais escolhas nunca foram neutras ou meramente técnicas, mas profundamente políticas e sociais. Assim, as memórias naturalistas de Accioli constituem um eixo privilegiado para a construção de

práticas interdisciplinares, para o desenvolvimento da Educação Histórica e para a formação crítica de estudantes da Educação Básica.

CONCLUSÃO

As análises realizadas demonstram que as memórias naturalistas de José de Sá Bittencourt Accioli constituem fontes privilegiadas para o ensino de História na Educação Básica. Produzidos no final do século XVIII, essas fontes históricas revelam práticas agrícolas, políticas, administrativas, conhecimentos científicos e interesses econômicos da Capitania da Bahia, ao mesmo tempo que expressam formas de ver e representar a natureza segundo a racionalidade ilustrada e os projetos da Coroa portuguesa. Integradas ao trabalho pedagógico, tais memórias permitem discutir, de modo crítico e contextualizado, temas como ciência e poder, gestão colonial, exploração de recursos naturais, história ambiental e conflitos socioambientais.

Do ponto de vista metodológico, o uso dessas fontes reforça a importância de transformar documentos históricos em instrumentos de pesquisa escolar, favorecendo leituras ativas e análises críticas. Seguindo o método proposto por Circe Bittencourt, o professor pode orientar os estudantes a identificar intencionalidades, discursos e representações, desenvolvendo habilidades essenciais como interpretação, argumentação, comparação temporal e compreensão da produção social do conhecimento. A articulação das três memórias amplia significativamente o potencial pedagógico, ao oferecer uma visão integrada dos usos da natureza na Bahia colonial e ao evidenciar como ciência, administração e economia moldaram o território. Esse conjunto documental favorece práticas interdisciplinares e investigativas, contribuindo para o desenvolvimento de competências previstas na BNCC, como pensamento crítico, repertório cultural, uso de múltiplas linguagens e consciência socioambiental.

Também é necessário reconhecer que o uso pedagógico dessas memórias depende das condições concretas de ensino existentes nas diferentes redes escolares brasileiras. As desigualdades de infraestrutura, acesso a materiais didáticos, disponibilidade de tempo pedagógico e níveis de letramento histórico dos estudantes influenciam diretamente as possibilidades de aplicação das propostas apresentadas. Por essa razão, as sequências sugeridas devem ser en-

tendidas como referenciais abertos, adaptáveis às múltiplas realidades da Educação Básica.

Por fim, este estudo aponta caminhos promissores para pesquisas futuras, como a comparação com memórias de outros naturalistas, a elaboração de sequências didáticas mais amplas e o uso de metodologias ativas que valorizem o protagonismo dos estudantes. Destaca-se, ainda, a possibilidade de articular as memórias de Accioli a outros tipos de fontes (arqueológicas, iconográficas ou cartográficas), enriquecendo o processo de investigação histórica e fortalecendo abordagens voltadas à história local e regional. Adicionalmente, abre-se espaço para o desenvolvimento de relatos de experiência que documentem a aplicação das propostas didáticas aqui apresentadas, permitindo avaliar seu impacto na aprendizagem histórica, ajustar percursos metodológicos e produzir evidências concretas sobre as potencialidades dessas memórias no cotidiano escolar.

REFERÊNCIAS

Fontes

- ACCIOLI, José de Sá Bittencourt. *Observações sobre o plano feito para conservação das matas da Capitania da Bahia*. [Bahia], 1799. Manuscrito. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Manuscritos n. 22, 1, 9.
- ACCIOLI, José de Sá Bittencourt. *Memória sobre a viagem do terreno nitroso dos Montes-Altos*. O Auxiliador da Indústria Nacional. Rio de Janeiro, v. 3-4, 1845.
- ACCIOLI, José de Sá Bittencourt. *Memória sobre a plantação dos algodões e sua exportação; sobre a decadência da lavoura de mandiocas, no termo da Vila de Camamu, Comarca dos Ilhéus, na Bahia*. Apresentada e oferecida a Sua Alteza Real o Príncipe do Brasil por José de Sá Bittencourt e Accioli. Lisboa. Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1798
- RAPM. *José de Sá Bitancourt Acioli* (N. em 1752 - M. no anno de 1828). Ano/volume XIV. Imprensa Oficial de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1909.

Bibliografia

- AQUINO, Maurício de. As fontes históricas no ensinar, produzir e aprender história: apontamentos e reflexões. *Revista Eletrônica História e-História*. Brasil, 2014.
- BARBOSA, Pedro Paulo Lima; LASTÓRIA, Andrea Coelho; CARNIEL, Francislaine

- Soledade. Reflexões sobre a história escolar e o ensino por competências na BNCC. *Faces da História*, v. 6, n. 2, p. 513-528, 2019.
- BARCA, Isabel. Educação Histórica: uma nova área de investigação. *História: revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, v. 2, 2001.
- BARROS, José D'Assunção. *A fonte histórica e seu lugar de produção*. Editora Vozes, 2020.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2008.
- BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Typographia nacional, 1883.
- BONETE, Wilian Junior. Notas sobre o conceito de consciência histórica e narrativa em Jörn Rüsen e Agnes Heller. *Revista eletrônica história em reflexão*, v. 7, n. 14, 2013.
- BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Ensino Fundamental. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: História*. Brasília: MEC/SEE, 1998.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). Conselho Pleno (CP). *Resolução nº 2, de 22 de dezembro de 2017*. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 41-44, 22 dez.2017.
- BRASIL. *Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999*. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 28 abr. 1999.
- CABRAL, Diogo de Carvalho. *Na Presença da Floresta: Mata Atlântica e História Colonial*. Rio de Janeiro: Garamond/FAPERJ, 2014.
- CAIMI, Flávia Eloisa. Fontes históricas na sala de aula: uma possibilidade de produção de conhecimento histórico escolar?. *Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, v. 15, n. 28, 2008.
- CONCEIÇÃO, Gisele Cristina da. Natureza Ilustrada: Estudos sobre Filosofia Natural no Brasil ao longo século XVIII. In: POLÓNIA, Amélia; BRACHT, Fabiano; CONCEIÇÃO, Gisele Cristina da; PALMA, Monique (org.). *História e ciência: ciência e poder na primeira idade global*. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 2016, p. 142-179.
- CRUZ, Ana Lúcia Rocha B. As viagens são os viajantes: dimensões identitárias dos

- viajantes naturalistas brasileiros do século XVIII. *História: Questões & Debates*, v. 36, n. 1, 2002.
- DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica*. Companhia das Letras, São Paulo, 1996.
- DOMINGUES, Ângela; ALVES-MELO, Patrícia. Iluminismo no mundo luso-brasileiro: um olhar sobre a Viagem Filosófica à Amazônia, 1783-1792. *Ler História*, n. 78, p. 157.
- DUSSEL, Enrique. *O encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade* Petrópolis, 1993.
- FERRAZ, Márcia Helena Mendes. A produção do salitre no Brasil colonial. *Química Nova*, v. 31, n. 6, 845-850, 2008.
- GAMA, Mailson Moreira dos Santos Gama. *Economia socioecológica da exploração de salitre nos sertões da Capitania da Bahia (1670-1808)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História da Universidade do Estado da Bahia, Alagoinhas - BA, 2025.
- GUIMARÃES, Selva. *Didática e prática de ensino de História*. Papirus Editora, 2014.
- MONTI, Carlo Guimarães. *Estratégias para o uso de fontes em sala de aula e a liberdade de ensinar e aprender História*. 30º Simpósio Nacional de História, Recife, 2019.
- PATACA, Ermelinda Moutinho. Coletar, preparar, remeter, transportar: práticas de história natural nas viagens filosóficas portuguesas (1777-1808). *Revista Brasileira de História da Ciência*, v. 4, n. 2, 2011, p. 137.
- PEREIRA, Nilton Mullet; SEFFNER, Fernando. O que pode o ensino de história? Sobre o uso de fontes na sala de aula. *Anos 90: revista do Programa de Pós-Graduação em História*. Porto Alegre, v. 15, n. 28 (dez. 2008), p. 113-118, 2008.
- PEREIRA, Rodrigo Osório. A Comarca de Ilhéus e as Políticas Botânicas Portuguesas (1768-1808). *Fronteira: Journal of Social, Technological and Environmental Science*, v. 8, n. 3, p. 242-262, 2019.
- PEREIRA, Rodrigo Osório. A memorialização do mundo: memórias, viagens e instituições portuguesas em fins do século XVIII. *Boletim Historiar*, v. 11, n. 01, 2024.
- PEREIRA, Rodrigo Osório. *O império botânico: as políticas portuguesas para a flora da Bahia atlântica colonial (1768-1808)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

- RIBEIRO, André Luis Rosa. *Família, poder e mito: o município de S. Jorge de Ilhéus (1880-1912)*. Editus, Editora da UESC, 2001.
- RÜSEN, Jörn. *História viva: teoria da história III: formas e funções do conhecimento histórico*. Brasília: Editora UnB, 2010.
- RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Editora UnB, 2010.
- SCHMIDT, Maria Auxiliadora. Jörn Rüsen e sua contribuição para a didática da história. *Intelligere*, v. 3, n. 2, p. 60-76, 2017.
- SEIXAS, Peter. Understanding history. In: DEN HEYER, Kent *et al.* *Theorizing historical consciousness*. University of Toronto Press, p. 129-164, 2004.
- VARELA, Alex Gonçalves. “O processo de formação, especialização e profissionalização (1783-1800) do ilustrado manuel ferreira da câmara”. *Revista de História*, São Paulo, n. 155, p. 223-260, 2006.
- XAVIER, Erica da Silva. O uso das fontes históricas como ferramentas na produção de conhecimento histórico: a canção como mediador. *Antíteses*, v. 3, n. 6, p. 1097-1112, 2010.

NOTA

¹ O conceito de Iluminismo é compreendido neste estudo de forma plural e historicamente situada, evitando entendê-lo como um movimento homogêneo ou exclusivamente europeu. Conforme apontam autores da historiografia recente, existem diferentes experiências ilustradas articuladas a contextos políticos, culturais e coloniais específicos, incluindo o mundo luso-brasileiro (Conceição, 2016; Domingues; Alves-Melo, 2021).

Submetido em 04 de dezembro de 2025.

Aceito em 12 de maio de 2026.

